P. P. I.
PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.
GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA
Telefone 36 69 12

Centro de Documentação e de Publicações FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

RECORTES CLASSIFICADOS

IMPRENSA DIÁRIA

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA	12. MAR. 1980	CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

Em entrevista à RTP, Sá Carneiro clarificou a "semana da confusão"

A oposição não aguenta a escolha do eleitorado

Fundação Cuidar o Futuro

Não se pode falar mais de solidariedade institucional: esta apenas existe entre o Governo e a sua maioria parlamentar

•

O 25 de Abril será comemorado com o anúncio de um programa de apoio aos agricultores do Norte e com várias medidas de justiça social

•

Portugal partilha da aflição do povo americano pela retenção prolongada e desumana dos reféns na Embaixada dos EUA em Teerão

•

A decisão da nossa participação nos Jogos Olímpicos pertence ao Comité Olímpico, mas a transmissão dos Jogos pela Televisão não está em causa

"As Forças Armadas têm mantido um aprumo e uma dignidade exemplares"

P.P.I.
PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.
GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA
Telefone 36 69 12

Centro de Documentação e de Publicações
FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

RECORTES CLASSIFICADOS

IMPRENSA DIÁRIA

DIÁRIO DE NOTÍCIAS	COMÉRCIO DO PORTO
PORTUGAL HOJE	DIÁRIO POPULAR
CORREIO DA MANHÃ	DIÁRIO DE LISBOA
DIA	CAPITAL
DIÁRIO	TARDE
A TRIBUNA	
PRIMEIRO DE JANEIRO	
JORNAL DE NOTÍCIAS	

Sá Carneiro na TV: Forças Armadas não se confundem com o CR

Na sua primeira entrevista à nossa televisão, depois da vitória eleitoral de Dezembro que o levaria a S.Bento, Sá Carneiro teve ontem oportunidade de falar durante cerca de uma hora aos portugueses, dando-lhes conta das grandes linhas de orientação do Executivo a que preside. Interrogado por José Eduardo Moniz e António Mega Ferreira, o Primeiro-Ministro também esclareceria a sua posição acerca de matérias tão diversas e tão actuais como a campanha contra o Governo levada a cabo pelo PC, PS e CR, ou a questão da participação ou não de Portugal nos Jogos Olímpicos, a disputar em Moscovo. Damos a seguir, na íntegra, essa entrevista, segundo o registo fornecido pela Direcção-Geral da Informação.

P — Dr. Sá Carneiro, este Governo tem sido acusado de ser um Governo que governa na confrontação. Confrontação com outros órgãos de soberania, confrontação com a oposição, confrontação com os sindicatos, confrontação no Alentejo. É esse o estilo de Governo?

R — Disse, há pouco, que o Governo não tem tido a vida fácil. Têm-lhe feito a vida difícil, têm concentrado sobre ele confrontação, é por isso que o Governo governa na confrontação. Não porque a desencadeie, mas porque tem sido desencadeada por membros do Conselho da Revolução, a oposição, a oposição que eu tenho chamado parlamentar e extra-parlamentar, por forças sindicais. Tem sido realmente uma confrontação permanente que tem sido atirada contra o Governo. O Governo vai governando com paciência, como é seu dever, com firmeza, sem se afastar da linha traçada, linha pela qual é responsável perante o eleitorado, e assim continuará a proceder.

P — Senhor Primeiro-Ministro vemos por exemplo a actuação do Governo na zona da Reforma Agrária. Aí, essa confrontação, do seu ponto de vista é uma confrontação motivada pelo alegado predomínio do PCP no Alentejo, ou, pelo contrário, pelos trabalhadores contra a política agrária do Governo?

R — Sabe, a confrontação real tem sido muito pequena. Houve, até agora, 95 entregas de reservas, nas quais houve 7 incidentes apenas, sem grande significado. Para além destas 95 entregas de reservas, que totalizam 31 000 hectares, houve já entregas a 66 agricultores independentes, no total de 2.000 hectares, aí, sem quaisquer incidentes.

O que é que se tem passado?

É que embora estes incidentes não tenham felizmente gravidade, não têm impedido as entregas de reservas. Há toda uma orquestração à volta deles e das manifestações, há apelos à reocupação das reservas e ao não cumprimento da Lei, feitos, designadamente, numa altura curiosa, no dia 2 de Março do princípio da semana de uma certa crise.

Há reocupação de terras, há o não cumprimento da Lei, há toda a agitação política, está-se a fazer aí uma orquestração política, falando na defesa dos direitos dos trabalhadores agrícolas, mas, de facto, servindo-se dos trabalhadores agrícolas para os atirar contra o Governo, para tentar aquilo que o partido comunista que lidera neste momento a oposição parlamentar e extra-parlamentar, não consegue fazer com a força dos votos, não consegue fazer com a força política. Para isso se serve, no plano laboral sindical, dos sindicatos e das comissões negociadoras algumas vezes, na Reforma Agrária dessa orquestração e dos trabalhadores. Isso é que me parece mal.

Assim, o Governo, desde que se respeite a Lei e, para isso, não abdica, a Lei não a discute, fá-la cumprir, cumpre e fá-la cumprir pois tem de governar assim mesmo neste período.

P — Mas, a Aliança Democrática a cujo Governo o senhor Dr. Sá Carneiro preside, defendeu na sua campanha eleitoral, instalar um estilo de ruptura, por assim dizer com aquilo a que chamou a maioria de esquerda, o Partido Socialista e o Partido Comunista.

Não se poderá pensar que esta confrontação, especificamente no Alentejo, também interessa politicamente ao Governo, isto é, é uma forma de o Governo levar por diante aquilo que anunciou, também, durante a campanha eleitoral?

R — Não, não interessa nada. Nós não anunciámos que governaríamos em ruptura. O que anunciámos é que assumiríamos com clareza a política do País. De um lado, as oposições; de outro lado, o Governo, e que só governaríamos com a maioria. Mas, uma coisa é isso, outra coisa é desencadear a confrontação tal como tem sido desencadeada, sobretudo porque isso prejudica os agricultores, os trabalhadores e o próprio País. Veja que o Governo foi o primeiro Governo a cumprir espontaneamente, voluntariamente, o Estatuto da Oposição. Ouvindo os partidos da Oposição, cumpriu e continuará a cumprir, para o Governo governar com a sua maioria. A Oposição tem procurado não criticar, mas fazer aquilo que o líder da oposição parlamentar e extra-parlamentar, o secretário-geral do Partido Comunista anunciou como tentativa de escorraçar o Governo por todos os meios. É isso que se tem passado. O Governo não se assusta. Não se assustará de maneira nenhuma. Nem abdicará das suas responsabilidades. O Governo tem um mandato que levará até ao fim, até às próximas eleições. Então os portugueses julgarão. Isso dificulta-nos a vida, com certeza que dificulta, mas sabemos já muito claramente quem está connosco e quem está na oposição parlamentar e extra-parlamentar contra nós. E connosco está, indefectivelmente, a maioria da Aliança Democrática. É assim que governamos, como disse, com dificuldades acrescidas. Lamentamos, porque se não fossem elas, poderíamos conseguir rapidamente o nosso objectivo essencial, que é o de obter melhores condições de vida para os portugueses. Mas, apesar de toda esta confrontação, não desencadeada por nós, mas desencadeada contra nós, estamos convencidos que vamos conseguir esse objectivo e já se estão a ver resultados palpáveis.

APENAS O CUMPRIMENTO DA LEI DA R.A. SEM ACORDOS SECRETOS

P — No entanto, ainda no que diz respeito à Reforma Agrária, a oposição acusa o Governo de querer "dar cabo" da Reforma Agrária, nomeadamente recorrendo a todos os meios e favorecendo os proprietários. E, além do mais, vêem no facto de o Governo querer ter todo o processo de devolução de terras cumprido no fim do seu mandato, uma maneira de acelerar todo esse processo. É isso que se passa?

R — Não. Bem vê, como sabe, a Lei da Reforma Agrária que estamos a cumprir e a fazer cumprir, não foi feita por este Governo nem sequer foi feita por estas forças políticas que hoje constituem a maioria da Aliança Democrática. É uma lei do primeiro Governo do Dr. Mário Soares. Nós não negociamos o cumprimento dessa lei com o Partido Comunista, como foi feito no passado, e é isso que enfurece a oposição parlamentar e extra-parlamentar. Não fazemos quaisquer acordos secretos, como se fizeram no passado. A lei é lei. Cumpre-se. E vamos, sobretudo, fazer, estamos já a fazê-lo, uma coisa inédita, que é cumpri-la no aspecto de entregar não apenas reservas, mas a terra a agricultores sem terra. Isso, para mim, é que é o ponto chave da Reforma Agrária, verdadeira Reforma Agrária. Reforma Agrária não é tirar a um proprietário latifundiário para o substituir pelo Estado latifundiário, pelas quintas colectivas. É, sobretudo, distribuir terra, incrementar a produção. E ainda temos que pensar na verdadeira reforma agrícola que o País precisa, no Centro e no Norte, com um apoio efectivo à agricultura que não tem sido dado em concentração de recursos humanos e financeiros, não apenas na zona da Reforma Agrária, mas na agricultura do Centro e do Norte do País e do Algarve. Tivemos, logo de início, o problema da geada negra do Algarve. Felizmente que resolvemos rapidamente. Tomámos uma decisão muito importante, pouco anunciada, a de não aumentar o preço dos adubos para a campanha de 79/80. Ora, o não aumento do preço dos adubos, espero que dê o apoio merecido aos agricultores e que permita ultrapassar uma situação altamente injusta que é a da falta de adubos nalgumas regiões, hipoteticamente, por estar armazenado adubo à espera que o preço suba. Pois não subirá, e esse adubo tem de ser rapidamente distribuído. Quem está a proceder assim, está de facto, quaisquer que sejam as intenções, a fazer o jogo da oposição parlamentar e extra-parlamentar, liderada pelo Partido Comunista. Está, sobretudo, a prejudicar os agricultores.

Mas, além disso, espero poder anunciar, e gostaria até de o fazer juntamente com outras medidas, perto do 25 de Abril, para que essa fosse a nossa comemoração do 25 de Abril. Espero poder anunciar, nessa altura, um programa de apoio aos agricultores do Norte, um programa que, até aqui, nunca se iniciou. Gostava, nessa altura, também, de anunciar outras medidas de justiça social, porque me parece que, e essa é a decisão do Governo, as comemorações sejam elas do 25 de Abril, sejam do 10 de Junho ou de Camões, mais do que com discursos, sessões e outras iniciativas, são importantes, mas que são puramente exteriores, deve-se fazer na linha da melhoria concreta das condições de vida, e é assim que o Governo pensa fazê-lo em critérios de fidelidade ao espírito do 25 de Abril, que é o de prosseguir a justiça social.

TOTALMENTE INFUNDADAS ACUSAÇÕES A JOÃO GOULÃO

P — Tem sido criticada a forma como têm sido aplicados os fundos do Crédito Agrícola de Emergência. Nomeadamente, neste momento, fala-se muito no caso do secretário de Estado da Estruturação Agrária, João Goulão. O Governo já investigou o que se passa acerca disso, e reafirma, o seu apoio ao secretário de Estado?

R — Sim, o senhor ministro da Agricultura foi-me sempre informando do que se passava e mandando-me os elementos. Essas acusações são totalmente infundadas. Há casos, até, de atribuição de créditos que vêm de governos anteriores. O assunto está, portanto, esclarecido. Em termos de Aliança Democrática, será esclarecido cada vez mais, embora já tenha sido em termos de opinião pública. E o secretário de Estado conservar-se-á no Governo, que nem há nenhuma razão para que assim não seja. Esta operação, lembra-me, bastante, uma recente que vivi e em que participei, contrariando-a: foi o ataque ao secretário de Estado Ferreira do Amaral, ao tempo do Governo Mota Pinto. Disse, nessa altura, como líder de um partido da oposição que, com a substituição ou a demissão de Ferreira do Amaral, com a pressão que levou a isso, se tinha iniciado o processo de queda do Governo Mota Pinto. Tinha sido desautorizado. ¡É isso que se quer fazer em relação a este Governo. É isso que o Governo não tolerará. Se houvesse fundamento para essas acusações, se estivesse ministro, secretário de Estado ou qualquer personalidade nisso envolvida, se as acusações fossem reais, investigar-se-iam, punir-se-iam responsáveis, sem qualquer dúvida. Mas, são apenas, isso está mais que esclarecido, um meio de ataque, um meio político que considero pouco honesto, que considero inadmissível, até por que põe em causa a honestidade de uma pessoa e o Governo não cederá a essa espécie de pressões nem deixará de combater, pelos meios democráticos, esses métodos.

P — Mas, precisamente porque as acusações põem em causa, inclusivamente, a honestidade de um membro do Governo, porque o Governo não tem quaisquer dúvidas acerca da honestidade desse membro, porque lhe reafirma publicamente a confiança e afirma que ele não será demitido, pode-se admitir que o Governo vai proceder contra aqueles que, publicamente acusaram o secretário de Estado e funcionários do MAP de corrupção?

R — Bem vê, isso faz-se na Assembleia da República, os deputados têm o direito de fazerem as acusações que entederem, isso fez-se nalguns jornais. E a propósito de outro caso, o caso versado na semana que se iniciou no dia 2 com as declarações do secretário-geral do Partido Comunista em Arraiolos, tive já ocasião de dizer que o Governo não tenciona ser, não será polícia da Imprensa.

A Imprensa é utilizada como arma política, tenho alguma experiência disso mesmo, quando era líder de um partido da oposição. A resposta deve ser uma resposta de serenidade, deve ser uma resposta política, sobretudo, quando se trata do Governo, de afirmação da sua política de desempenho sereno da sua missão e da sua responsabilidade, nunca o entrar em polémica, o demandar jornalistas ou demandar órgãos de Informação. Se o secretário de Estado entender dever fazê-lo é livre de o fazer. O Governo conservar-se-á — a não ser em casos clamorosos em que esteja realmente em causa a dignidade do País — numa total serenidade, mesmo na altura dos processos.

Eu dizia que tinha uma certa experiência disso porque, não sei se se recorda, em 77, numa visita minha a Madrid, fiz algumas críticas à política do Governo de então, o primeiro governo socialista do dr. Mário Soares. Ia caindo o Carmo e a Trindade. Falava-se em incidentes diplomáticos. O embaixador foi chamado, etc. Bom, eu tinha criticado a política económica, não tinha feito nenhuma afirmação que pudesse, sequer, ser contrária aos interesses do País. Hoje as coisas passam-se de uma maneira bastante diferente, o Governo é acusado de tudo e mais alguma coisa, com prejuízo para a estabilidade política, com prejuízo para o País. E segue serenamente. Sem processos. Veja o que se passou nessa semana iniciada no dia 2 de Dezembro, com as tais declarações. No dia 3, salvo erro, é posta à venda em Roma uma revista italiana que tem esses ditos, que foi salvo erro, a primeira que apareceu com essas referências: Portugal. Chega um golpe. Talvez dois.

Do que é que se tratava? Tratava-se de uma entrevista do tenente-coronel Vítor Alves, em que ele dizia que o Governo da AD estava numa política tal que equivalia a um golpe de Estado sub-reptício. Está-se produzindo qualquer coisa de muito preciso e inegável, e se quisermos chamar as coisas pelos seus nomes, devemos dizer que se está assistindo a um verdadeiro e próprio golpe de Estado sub-reptício. Estas são as declarações constantes do "Panorama", e depois explicadas, etc.

Bem, o Governo perante isto, junto a outras declarações, juntamente com tudo aquilo que se estava passando nessa semana, examinou a situação e limitou-se a pedir ao sr. Presidente da República, que nos esclarecesse, se considerava de facto que estas declarações, que declarações deste tipo e outras, que as houve várias, se integravam em todo esse clima de apelo ao não cumprimento da lei, de instabilidade social, etc. Se tudo isto podia considerar-se admissível do ponto de vista ético, do ponto de vista da moral política, do ponto de vista da solidariedade institucional, pois, sabe-se, o seguimento das coisas e a resposta veio, especialmente, no comunicado do Conselho da Revolução defendendo a licitude das declarações dos membros do Conselho da Revolução, quaisquer que elas fossem e sob sua responsabilidade.

Foi uma clarificação da situação, mas mesmo nestes casos, o Governo situa o assunto no campo puramente político, procurando esclarecer se há ou não há solidariedade institucional; e, a meu ver, verificou-se bem que não há solidariedade institucional sem haver solidariedade política, não vejo como é que se possa dizer que há solidariedade institucional quando membros de um órgão de soberania, embora em declarações e posições pessoais, atacam o Governo eleito pelos portugueses, no dia 2 de Dezembro. Nem veria como, em sentido inverso, se pudesse o Governo pretender-se solidário institucionalmente com o Conselho da Revolução se os membros do Governo atacassem o Conselho da Revolução, ou atacassem o Presidente da República, coisa que até agora não sucedeu nem sucederá, nenhum membro do Governo, nem o Governo no seu conjunto (nem nenhum membro do Governo) atacou o Conselho da Revolução ou o Presidente da República, ou disse coisas equivalentes a estas. Portanto, é este aspecto político que interessa reter, a meu ver, de que interessa extrair consequências, por certo, para que as coisas fiquem bem claras e transparentes, como tem que ser em democracia. E, para mim, a conclusão de toda esta, infelizmente, agitada semana, em que se quis causar sérios problemas ao Governo e à sua possibilidade de administrar e decidir na calma e na serenidade o País, compreendendo o que se passava, em toda esta semana de confusão, resultou claro que a solidariedade que existe, política e indefectível, é entre o Governo e a maioria que o apoia, o que, de certo modo, é natural, porque os demais órgãos de soberania têm projectos políticos diferentes, não o ocultaram, nem sequer antes das eleições. E, portanto, funcionam os órgãos de soberania, isso é o principal, tanto quanto possível não se guerreiem entre si, não desencadeiem confrontações nem rupturas, mas que as coisas sejam claras para os cidadãos, num ano em que tantas pessoas já estão preocupadas com as escolhas eleitorais, assunto que não preocupa, sobremaneira, o Governo.

PC, PS E CR EM OFENSIVA CONCERTADA CONTRA O GOVERNO DA MAIORIA

P — Mas, o sr. Primeiro-Ministro acaba de referir algumas declarações do tenente-coronel Vítor Alves, que teria afirmado que o Governo procedia, de tal forma, que estávamos perante um obstáculo sub-reptício. Poder-se-á presumir, que quando teve conhecimento dessas afirmações, o Governo pensou que essas afirmações eram, elas próprias, um golpe de Estado sub-reptício?

R — Não. Eu tive ocasião de dizer, na própria terça-feira, dia 4, a uma entrevista da Rádio francesa, que não via risco de qualquer golpe. E porque não? A situação, tal como a vimos, tal como resulta de todos estes factos, é de uma ofensiva concertada e constante contra o Governo, feita muito cedo. Veja que nós não temos, ainda, sequer, dois meses de Governo depois que o Programa foi aprovado no Parlamento. E, logo no princípio, logo a seguir à aprovação do Programa, desencadeou-se essa ofensiva concertada, em que, normalmente, as declarações são feitas pelo Partido Comunista Português e são, depois, retomadas pelo Partido Socialista, pelos mesmos temas, às vezes, nos mesmos moldes, e por membros do Conselho da Revolução. Foi o Partido Comunista que, pela primeira vez, sustentou que a política externa devia merecer um ar de bom-senso, inclusive, dos vários órgãos de soberania, todos tinham uma palavra a dizer e, até, os partidos da oposição. Foi o Partido Comunista que sustentou que o Conselho da Revolução devia fazer o exame do Art. 191 da Constituição e de vários outros temas. Foi o Partido Comunista, também, que já antes do dia 2 de Março, quando se deu esta ideia de o Governo e a maioria estavam empenhados num verdadeiro golpe de Estado e neste caso, por exemplo, nestas declarações que citei na revista "Panorama", o membro do Conselho da Revolução, que produzia essas declarações, dizia que, em face desse golpe de Estado sub-reptício, os membros do Conselho da Revolução, ou parte deles, não iam ficar de mãos dadas, não iam ficar quietos. Nesta mesma entrevista, o secretário-geral do Partido Socialista é perguntado sobre estes temas, e diz, também, que, de facto, se pode chamar assim ao que se está passando em Portugal, e que as coisas até podiam vir a redundar num outro tipo de golpe de Estado, um golpe de força. Mas, apesar de tudo isto, destes rumores com todos que circularam e de outros, tudo isto alimentado pela confrontação permanente da oposição parlamentar e extra-parlamentar ao Governo e esta oposição não aguenta, não quer aguentar, a escolha eleitoral é para ela insuportável que o Governo governe até Outubro e é por isso que está tão empenhada em derrubá-lo por qualquer meio.

Em face de tudo isto, o Governo nunca admitiu a hipótese de um golpe de Estado militar contra o Governo. Isto, porque as Forças Armadas não se confundem com o Conselho a Revolução nem com os membros do Conselho da Revolução. As Forças Armadas, cujo papel na sociedade democrática é fundamental e continuará a ser fundamental em Portugal, depois de determinado período de transição, em termos de defesa, em termos de reforço de defesa da consolidação da autoridade do Estado, das instituições democráticas, da independência, tem-se mantido um afastamento em relação à política em todas essas questões, um aprumo e uma dignidade exemplares, e é por isso que o Governo nunca acreditou, e disse-o publicamente, em que pudesse haver um golpe de Estado ou um pronunciamento em Portugal. As questões são outras, são políticas e são, realmente, do âmbito da oposição parlamentar e extraparlamentar por não aguentarem e não quererem respeitar a escolha eleitoral.

P — Então, muito certamente, o que está mal é o Conselho da Revolução?

R — Não, eu não falei em Conselho da Revolução. Repare, são membros do Conselho da Revolução. E o Conselho da Revolução diz que eles têm esse direito. E o Presidente da República apesar da tese que defende a solidariedade institucional diz que eles têm esse direito e que não intervirá, unem-se à oposição parlamentar e, então, objectivamente, pelas suas declarações, em sintonia com ela nos mesmos esquemas e no mesmo estilo. Isto ocorre apesar do respeito integral das Forças Armadas pelas instituições democráticas e pelo seu afastamento da política e continuará, enquanto houver membros do Conselho da Revolução, não sei bem qual é o mal, mas, de facto isto, nestes termos não vai contribuir para o derrube do Governo nem poderá, a meu ver, derrubar o Governo, porque o Governo deverá manter-se, foi essa a escolha eleitoral, enquanto tiver, e terá, o apoio da maioria da Aliança Democrática e, portanto, assim como nós ascendemos ao poder por uma escolha eleitoral, também só devemos ser afastados do poder, do Governo, por outra escolha eleitoral, a menos que a maioria parlamentar queira uma substituição do Governo no quadro da maioria.

P. — No entanto, esses mesmos conselheiros da revolução e sectores da oposição, dizem que, a estratégia do Governo, ele sim, aponta para determinado tipo de agudização de tensões, até mesmo para desviar as atenções de determinados problemas concretos.

R. — Bom, usarão os argumentos que quiserem. Não me parece que se possa mais falar agora, repito, na tal solidariedade institucional. Os portugueses julgarão o valor desses argumentos. Os portugueses têm o direito de exigir dos seus órgãos de soberania, e no meu entender, dos seus membros, e é aí que eu duvido, do Presidente da República e do presidente do Conselho da Revolução, que respeitem o seu desejo e a sua necessidade de estabilidade de segurança, de efectiva governação. Quem desencadear confrontos, os confrontos que estão a ser desencadeados, deste tipo, pois terá a paga, quando em próximas eleições os eleitores optarem. O que é preciso é que eles saibam bem o que se está a passar, quem é que desencadeia os confrontos, qual é o tipo de oposição que está a ser exercida, liderada pelo Partido Comunista, Partido Socialista a ele colado neste estilo de oposição, alguns membros do Conselho da Revolução, defendendo as mesmas teses, grupos de trabalhadores, de sindicatos.

Que tudo isso seja claro, para depois os portugueses poderem valorizar a acção do Governo e a acção da oposição. E realmente agora está, de facto, mais claro. Mas porque é que me parece que o mal não está no órgão em si? Nós sabemos, e sabíamos antes, que o sr. Presidente da República tem o seu projecto político, que, designadamente, manifestou quando no dia, salvo erro, 6 de Julho, a propósito da crise política então existente, propôs um acordo PS-PSD, isto no dia seguinte à assinatura do acordo da Aliança Democrática. Expôs também a sua posição durante a campanha eleitoral, pouco antes das eleições e fez nitidamente aí a sua opção. O projecto político da Aliança Democrática é diferente. A Aliança Democrática ganhou as eleições. Os portugueses escolheram o Governo, o sr. Presidente da República respeitou essa escolha e convidou-me para Primeiro-Ministro e aceitou, portanto, o Governo da Aliança Democrática. Mas não há aqui solidariedade política, e portanto esta sociedade política, em que vivemos, e a sociedade em geral, no nosso País, está cada vez **mais polarizada: por um lado o projecto político e a maioria da Aliança Democrática e, por outro lado, o projecto político liderado pelo Partido Comunista, a oposição parlamentar e extra-parlamentar, liderada pelo Partido Comunista.**

P. — Sr. Primeiro Ministro, mas, segundo o quadro que acaba de descrever, se me dá licença, dá-me a sensação que não é bem uma bipolarização. Há três projectos, há o projecto da Aliança Democrática, há o projecto do Presidente da República, que seria um Governo PS-PSD, uma coligação do PS com o PSD, há o do Partido Comunista. Como é que jogam estes três projectos e o Presidente da República com o do Partido Comunista e a oposição parlamentar ou extra-parlamentar?

R — É que neste contexto como já então acontecia, a meu ver, o projecto político defendido pelo sr. Presidente da República não era possível. E é por isso que eu não o tenho em conta. Mas que era o dele era! Simplesmente, isso podia ter sido possível em 76, e em parte de 77. Eu próprio propus, e fizemos o teste em 1978, quando abrimos negociações e não sei se se recordam, falei até nessa possibilidade. Verificou-se que era impossível, e daí que eu não volto com esse projecto, e a sociedade esteja, de facto, bipolarizada. Em meu entender, dois polos: a Aliança Democrática e o Partido Comunista e, à volta desses dois polos, sobretudo à volta do polo do Partido Comunista, juntando-se ou sendo utilizadas por ele, várias forças...

P. ... Entre as quais a do Presidente da República?

R — Não, o sr. Presidente da República é um órgão de soberania, ele próprio, unipessoal, que pode ter as suas opiniões políticas, que as apresenta na altura da resolução das crises, que pode optar, e que deve optar claramente, mesmo quando, se se recandidatar e, quando se recandidatar, aí, deverá novamente dizer, claramente, o que quer. Mas, neste momento, parece-me que deverá estar e está, numa posição de reserva, de distanciamento, porque, pela primeira vez, há um Governo apoiado por uma maioria, e embora isso não coincida com o projecto político que o sr. Presidente da República sustentou, precisamente porque a escolha eleitoral foi essa, ele a respeite. Não há, portanto, a meu ver, solidariedade política. Mas o sr. Presidente da República coexiste com o Governo, ambos funcionam, por isso, vou — e o sr. Presidente da República tem o direito a essa informação acerca da actividade do Governo — semanalmente, trabalhar com o sr. Presidente da República, tratar, em conjunto com ele, pontos que devam ser tratados, sem hostilidade, e espero que assim continuem as coisas. Da nossa parte, tudo farei para que continue, mas sem quebra de clareza. Mas há aí um outro facto que podia, realmente, se não fosse a serenidade do Governo e a colocação dos problemas no campo estritamente político, dificultar as coisas. É que, entre certas declarações, membros do Conselho da Revolução como que falaram em nome do Presidente da República sustentaram, até, a sua candidatura. E o Presidente da República não disse nada sobre isso. Portanto, pode haver, aí, uma tentativa de identificação perigosa. Essa foi, também, uma das razões por que o Governo, nessa semana que começou no dia 3, pediu ao Presidente da República que esclarecesse a sua posição face a estas declarações. O sr. Presidente da República disse que não tinha nada que esclarecer. Que os membros do Conselho da Revolução estavam no seu direito. É o que consta do comunicado do Conselho da Revolução.

E pronto, politicamente, as coisas ficaram clarificadas.

A RECANDIDATURA DE EANES NÃO É UM PROBLEMA DO GOVERNO MAS DA AD

P — As suas palavras acerca do Presidente da República apontam para a impossibilidade total de um acordo, no sentido de apoiar a sua eventual recandiatura à presidência.

R. — Bem, esse não é um problema do Governo. O Governo, se nem sequer está preocupado com as eleições legislativas, muito menos se irá preocupar ou entrar nas eleições presidenciais. Isso é um problema da Aliança Democrática. Os partidos da Aliança Democrática já definiram a sua posição. Mas esse, também, é de facto um ponto que mostra, bem, como a política portuguesa está clarificada e dividida, e que o eleitorado, também, já teve de considerar a sua escolha. Como se recorda, a Aliança Democrática fez a sua campanha dizendo, muito claramente, como era seu dever — eu próprio o disse várias vezes — que não apoiaria a candidatura do sr. general Ramalho Eanes e queria eleger outro presidente. Foi assim que se apresentou ao eleitorado e que foi escolhido. Disse, também, que faria todos os possíveis para terminar o período transitório. E que não substituiria o Conselho da Revolução por outro órgão político-militar.

O eleitorado deu-nos a maioria dos lugares no Parlamento e nós vamos cumprir tudo aquilo que apresentámos ao eleitorado no nosso Programa. Estamos a cumprir, passo a passo, sem nos deixarmos desmoralizar. E estamos conscientes de que esse cumprimento está, de facto, já a representar progresso. Veja que a taxa de inflação, apesar dos aumentos de preços realizados em Fevereiro, que eram infelizmente indispensáveis, mas que foram os menores de sempre e que implicaram um esforço grande para o Orçamento do Estado, está a diminuir progressivamente, e esperamos que o limite que nos impusemos a nós próprios, como taxa de inflação, 20 por cento, possa não ser alcançado. É um pedido que fiz ao sr. ministro das Finanças, que está empenhado e devotado em toda esta política global coerente, que é a primeira política económica que o País tem e um Governo tem. E é esse sucesso — de que já lhe falei há bocado — na decisão de não aumentar o preço dos adubos na campanha de 79/80. Tomámos uma outra, importante para o público: não haverá aumento generalizado do preço dos transportes. Poderão aumentar serviços especiais, serviços de primeira classe especial, como nalguns combóios entre Porto e Lisboa, nas ligações aéreas entre Porto e Lisboa ou com Faro, mas, em geral, os transportes não aumentarão, apesar do encargo que isso representa. Porque o público tem sido muito sobrecarregado e, sobretudo, porque não há condições imediatas de dar uma compensação de qualidade que possa justificar o aumento do preço dos transportes. Teremos, depois, o abaixamento do preço de alguns produtos, especialmente os importados. Para já, isso, graças à revalorização. E é por verem que essa política económica resulta, que os nossos adversários estão apostados em fazê-la falhar. E o drama é que estão a utilizar, para isso, reivindicações sindicais que vão redundar em prejuízo dos trabalhadores.

Se houver aumentos de salário, como alguns que são pedidos, da ordem dos 25 e 30 por cento, isso fará com que a inflação ultrapasse, possivelmente, a do ano passado, que foi de 24 por cento.

E a inflação é das grandes causas da injustiça social. Com a inflação, com o aumento dos preços, perdem muito mais os pobres, do que aqueles que têm recursos. Deixam de se poder consagrar os recursos à satisfação das necessidades básicas. As pessoas deixam de poder contar com o mínimo indispensável, aqueles que têm o supérfluo, vêem o seu supérfluo diminuído, mas aqueles que não têm o mínimo de vida indispensável ou que estão nesse limiar, vêem-no diminuído em condições absolutamente injustas. Todos aqueles que não têm capacidade reivindicativa, como os reformados, os pensionistas, são dura e injustamente atingidos pela alta dos preços. Por outro lado, há a alta dos preços. Fazer baixar a inflação, defender o poder de compra, é o objectivo prioritário de quem quiser falar em justiça social e nas promessas do 25 de Abril. E é essa a linha do Governo, e é por isso que os nossos adversários da oposição parlamentar e extra-parlamentar querem fazer pagar esta crítica, sem se importarem com os prejuízos que causam aos portugueses. Nós defendê-los-emos intransigentemente. Mas vamos ter dificuldades, estamos conscientes disso. O que eu espero é que os trabalhadores e as suas famílias pensem bem no que significam greves constantes, reivindicações de salários irrealistas que iriam representar não defesa do poder de compra, não aumento do poder de compra, pelo contrário, diminuição de salários reais, diminuição do poder de compra, como tem acontecido todos os anos. E o Governo está apostado em que este ano, não só não haja diminuição do poder de compra, como, se for possível, e esse é o pedido que eu tenho feito insistentemente aos ministros e, em especial, ao ministro das Finanças, que se possa aumentar um bocadinho o poder de compra.

Disse na campanha eleitoral, que ao fim de alguns meses de Governo ficaria satisfeito se as donas de casa pudessem voltar da praça com a saca das compras um pouco mais cheia e com a bolsa um pouco menos vazia.

Espero que cheguemos a essa situação mas, para isso, é preciso uma grande firmeza da parte do Governo e é preciso uma compreensão da parte dos trabalhadores e das suas famílias para não se deixarem instrumentalizar por aqueles que não tendo força política os querem lançar contra o Governo, os querem lançar contra o País, os querem lançar afinal, contra a democracia e contra o Regime. É muito fácil falar em aumentos salariais, é muito fácil fazer reivindicações, mas veja, por exemplo, o caso das despesas com a Função Pública, o aumento médio, dos funcionários públicos, foi no ano passado de 14 por cento apesar disso, porque houve promoções, porque houve alterações na orgânica, porque houve correcção de anomalias, a massa salarial da Função Pública passou, e assim virá no Orçamento que está a ultimar-se, de 74 milhões de contos para 96 milhões de contos.

Enquanto o aumento médio da Função Pública foi de 14 por cento o aumento das despesas foi de 27 por cento. São dados reais e um, por exemplo de grande injustiça, é um fenómeno que o Governo não está empenhadamente a combater, o da evasão fiscal.

Não há uma estimativa segura, ou melhor, certa. Mas o cálculo bastante seguro é que, neste momento, as dívidas ao Estado, por falta de pagamento de impostos, atingem qualquer coisa como 50 milhões de contos.

Isto, comparado com os impostos cobrados no ano de 79, que foram no total de 140,8 milhões de contos, veja o que isto representa de impossibilidade de o Estado construir as escolas, os hospitais, os melhoramentos que são necessários. O que isto representa de injustiça para as pessoas que pagam atempadamente os seus impostos. É por isso que me permito apelar (e o Governo fê-lo e continuará a fazê-lo) para todos aqueles que de facto não cumprem as suas obrigações fiscais e estão a tratar injustamente os seus concidadãos.

Estão a dar uma prova de falta de civismo e de imaturidade que o Governo espera seja ultrapassada. E, por isso, vai atribuir um período de tréguas fiscais no sentido de que dará oportunidade aos contribuintes em atraso para, com juro reduzido, com algumas prestações, porem rapidamente em dia as dívidas ao fisco.

É esse o imperativo de solidariedade nacional entre portugueses, que nos deve unir. São problemas como estes que o Governo tem enfrentado dia-a-dia, que aparecem números que se ignoram à volta de um barulho que se faz, de confrontação permanente, que a oposição parlamentar e extra-parlamentar lança sobre o povo. Mas o Governo confia, acima de tudo, na maturidade dos portugueses, na maturidade das próprias forças sociais e sindicais e dos trabalhadores e das suas famílias.

PORTUGAL IMPORTA O DOBRO DO QUE EXPORTA MAS A DESVALORIZAÇÃO DO ESCUDO PODE SER ANULADA

P. — O Dr. Sá Carneiro disse há pouco que o Governo projecta baixar os preços dos produtos importados. Ora como é que isso será possível se a revalorização do escudo em 6 por cento, digamos que de algum modo, pode considerar-se quase anulada, uma vez que em relação ao dólar o escudo foi desvalorizado em cerca de 4 por cento?

R. — Bem vê, a revalorização implica com aquilo que nós importamos, no período em que esta revalorização está feita, desce 6 por cento. Isto tem consequências importantes, até porque Portugal importa o dobro ou cerca do dobro daquilo que exporta, e a importação contribui para a inflação, a inflação importada. Portanto, a alta dos preços dos produtos importados contribui para a inflação, para a alta dos preços internos, em cerca, ou um pouco mais até, de 50 por cento.

A paridade entre as várias moedas depende, sobretudo, da taxa de inflação verificada nos vários países. Se Portugal tem uma inflação como teve o ano passado de 24 por cento e os Estados Unidos ou a Inglaterra têm uma inflação de 12 por cento, o escudo deverá desvalorizar a diferença. Ou seja, neste caso, exemplo, meramente teórico que eu dei de 12 por cento. Se nós baixamos a inflação, pois podemos, também, controlar a desvalorização e podemos, por várias circunstâncias que o ministro das Finanças explicou, revalorizar o escudo. O que está a acontecer na Europa e mesmo com os Estados Unidos, é um forte surto inflacionista externo. As previsões da OCDE de que falei no meu discurso de posse, e que eram já bastante desfavoráveis, estão a ser excedidas, desfavoravelmente, na realidade. E não será de admirar que alguns países da OCDE tenham, este ano, uma inflação de cerca de 18 por cento, alguns superior, a 15 por cento. Teremos o caso dos Estados Unidos, em que a inflação está a subir, em flecha, tendo já ultrapassado os 13 por cento, ou talvez mesmo os 15 por cento.

Se assim for, a desvalorização do escudo deverá teoricamente, até ser anulada, se a taxa da inflação aqui, a alta dos preços, for igual à alta dos preços dos países europeus e dos Estados Unidos.

Agora, tem havido, nos últimos tempos, uma subida da cotação do dólar, em relação a outras moedas, por exemplo, em relação ao franco suíço e em relação ao marco alemão...

P. — E ao próprio escudo.

R — Necessariamente, em relação ao próprio escudo, mas não é só em relação ao escudo, por isso é que eu lhe citei o exemplo do franco suíço e do marco alemão. Isso relaciona-se com a política financeira e fiscal que lhes sai da política económica. Que os Estados Unidos estão a desenvolver no sentido de apoiar e reforçar o dólar, relaciona-se também com a descida relativa que se verificou no preço do ouro. São factores que não dizem apenas respeito ao escudo e que, se podem ter consequências nas nossas importações em dólares, poderá ainda não ser permanente. Portanto, revalorizado o escudo em 6 por cento, como cumpria, e continuo a dizer que o Governo procedeu acertadamente e se orgulha dessa decisão e que foi devidamente compreendido pelo País, quando tomou esta decisão que nos deu a todos, cidadãos, renovada confiança no nosso País, nos nossos recursos de trabalho, nos nossos recursos humanos e nacionais, manteve-se a desvalorização deslizante como uma medida de precaução que assegure a cobertura da diferença das taxas de inflação no nosso País e de todos, e que permita evitar a especulação lançada contra o escudo, que podia acontecer, que já aconteceu noutros anos. Pois bem, se a evolução do controlo da inflação for favorável, iremos reduzindo a desvalorização mensal deslizante, e se o resultado da nossa política económica excedesse mesmo as nossas expectativas, poderíamos pensar em anular a desvalorização ou em fazer a revalorização. Mas não sou demasiado optimista, nesse aspecto, sabemos as inúmeras dificuldades económicas que temos de enfrentar, sabemos que a crise internacional nos atinge duramente, que o aumento do preço do petróleo e dos bens que importamos nos atinge durissimamente e que Portugal, País pequeno e sem recursos, com o recurso fundamental que é o seu recurso humano, terá que ter uma grande disciplina. Todo ele, todos os cidadãos, todos os portugueses, de trabalho, de aumento de produtividade, para melhorar a sua condição de vida. Isto mesmo tem êxito. Terá. Assim o espero. A política económica global do Governo, sem o esforço colectivo e geral, não sairemos da situação em que estamos, não poderemos contar com a melhoria das condições de vida que a justiça impõe. E, mais, não mereceremos, sequer, e, também, não obteremos sem esse esforço, permanente e colectivo, o apoio que já nos está garantido nalguns aspectos, da Comunidade Económica Europeia, para acelerarmos a entrada, para fazermos descer o desnível que nos separa dos países desenvolvidos da Europa.

P. — Como pensa que se poderão incentivar, em Portugal, nos investimentos de portugueses, atendendo a que os valores atribuídos às indemnizações, em termos de 1974, estão, digamos, altamente desactualizados?

R — O meu Governo espera entregar os títulos das indemnizações o mais rapidamente possível, dentro de alguns meses. Mas esse é um ponto importante dos investimentos. Mas não é o único! Haverá que fixar, depois, o valor definitivo das empresas, para cálculo das importações, mas está já em estudo e vai ser rapidamente lançado e desenvolvido, um plano global de incentivo ao investimento. Incentivo que se fará, espero, no quadro da nova lei que define os limites do sector público e do sector privado, nova lei de alargação de limites que implicam uma economia pluralista, o que é essencial para haver investimento, ou seja novos postos de trabalho, de luta contra o desemprego. Para haver, mesmo, um modelo europeu que nós queremos ter. Estou convencido que, estas reformas económicas, este plano de incentivo ao investimento, que será em breve lançado pelo Ministério das Finanças, o alargamento da economia e a possibilidade de investir em quase todos os sectores, ficando, apenas, reservados à autorização do Governo aqueles sectores mais importantes para que o poder económico continue a ser controlado pelo poder público, como é fundamental, e aqueles sectores estratégicos, dinamizará o investimento. Mas é preciso que vamos além disso! Falou no investimento dos portugueses. O investimento dos portugueses que vivem em Portugal e dos que não vivem em Portugal. E temos de ir, além disso, dando um novo ordenamento jurídico ao nosso País, fazendo reformas jurídico-políticas que traduzam aquilo que, na realidade, somos. E aquilo que somos, neste momento, é um pequeno território de 90 000 km2 e as Ilhas Atlânticas com um povo de muitos milhões de habitantes, aqui residindo pouco mais de 9 milhões. Os restantes, espalhados pelos quatro cantos do Mundo e fazendo aí Portugal, e sendo aí Portugal. Ora, uma reforma que traduza essa dimensão daquilo que nós somos, da nossa nacionalidade, tem a ver com a apresentação da nova lei da nacionalidade que está em fase muito adiantada e que prevê que os portugueses que se queiram naturalizar, que se naturalizarem cidadãos de outros países, poderão se assim o quiserem, conservar a nacionalidade portuguesa. Isso nos parece de inteira justiça, e esse quadro jurídico que permite de facto conceber a nossa Nação como a que somos reforçará a solidariedade entre os portugueses residentes e os que vivem e trabalham lá fora, e contribuirá também para que seja cada vez mais a contribuição dos portugueses que não vivem no território ao desenvolvimento do nosso País, para que sejam devidamente valorizadas as remessas dos emigrantes que duplicaram no ano passado e que constituem um factor fundamental no equilíbrio da nossa balança de pagamentos. Mas é sobretudo como portugueses, como parte da mesma Nação e da mesma Pátria que eles devem ser encarados, e não apenas nem sobretudo como fontes de remessas para o equilíbrio da nossa balança de pagamentos.

NÃO CONCEBEMOS A POLÍTICA EXTERNA COMO PROLONGAMENTO DO INTERNACIONALISMO

P — Senhor Primeiro Ministro, se estivesse de acordo entraríamos agora numa área que foi por assim dizer, ponto muito polémico da actividade do seu Governo, que é a política externa. Parece assistir-se nos últimos dias a um certo descongelamento das relações entre Portugal e as antigas colónias portuguesas. O almoço no Ministério dos Negócios Estrangeiros, a própria entrevista que o sr. Primeiro Ministro teve com o embaixador da República Popular de Angola é de facto um descongelamento ou é uma forma de compensar, digamos, a iniciativa de outros órgãos de soberania como,

Continua na pág. 15

Fundação Cuidar o Futuro

SÁ CARNEIRO — Política externa não pode ser uma espécie de prolongamento do internacionalismo soviético, terceiro-mundista ou qualquer outro

P. P. I.
PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.
GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA
Telefone 36 69 12

Centro de Documentação e de Publicações FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

RECORTES CLASSIFICADOS

IMPRENSA DIÁRIA

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

A entrevista de Sá Carneiro à Televisão

Continuação da pág. 9

por exemplo, o Presidente da República em relação aos países africanos de expressão portuguesa?

R — É uma forma de concretizar a nossa política externa constante do nosso Programa de Governo, que supomos e estamos cada vez mais seguros, corresponde aos reais interesses do País. A política externa, no nosso entender, não pode ser defendida e desenvolvida por razões ideológicas, por preconceitos políticos ou por subserviência ou participação em planos de interesses de outras potências. Nós não concebemos a política externa portuguesa, ao contrário de certas forças, como uma espécie de prolongamento do internacionalismo, seja do internacionalismo soviético seja do internacionalismo terceiro mundista seja de qualquer outro internacionalismo. Será expressão da defesa dos nossos interesses, será a expressão da política que seguimos em relação ao País, porque não se pode, como é evidente, coerentemente defender aqui uma coisa e andar a dizer outra lá fora, sobretudo, quando se fala em nome de Portugal. Ora, essa política externa tinha como prioridade primeira a integração de Portugal no Mercado Comum, aceleração das negociações, depois, o reforço. E falo, apenas, numa a seguir à outra por comodidade de expressão, dado que nós no nosso Programa pusemos as várias linhas de força, os vários vectores da política externa portuguesa, o reforço das relações com os países africanos de expressão portuguesa, com as jovens repúblicas, com os países africanos, os países árabes, os países da América Latina, para além da continuação das relações com os nossos aliados tradicionais. O Governo foi confrontado com um dos fenómenos mais graves dos últimos tempos em política internacional, que foi a invasão do Afeganistão pela União Soviética. E, esse fenómeno gravíssimo tinha tido um tratamento que nos pareceu inadequado pela Primeira Ministra do Governo que nos antecedeu. O Governo, ao contrário da linha seguida pela Primeira Ministra do V Governo, fez, e fi-lo logo no meu discurso de posse, uma condenação solene e formal da invasão do Afeganistão, denunciando-a como atentado à paz e à segurança internacionais. Isso desencadeou contra nós certas forças políticas. Quiseram falsear a realidade do que é a política externa do Governo, quiseram mesmo dividir o Governo, e esse foi, nos primeiros tempos da nossa governação um intuito evidente. Dividir o Governo entre o Primeiro Ministro e o Vice-Primeiro Ministro por este ser, também, Ministro dos Negócios Estrangeiros. E foi sempre claro, e foi sempre a realidade de que a política externa é a política externa do Governo e que o Primeiro Ministro participou activamente com o Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros nas opções, nas decisões mais importantes que tomamos logo a princípio para reagir contra a invasão do Afeganistão pela União Soviética.

Isso não impediu que nos concentrassemos, imediatamente, nos aspectos da aceleração das negociações com o Mercado Comum e que, imediatamente, quando tivessemos contactos com países árabes, procurassemos estabelecer aí, as relações que nenhum Governo, até agora, estabeleceu. E é neste quadro que se insere a recepção dos embaixadores das antigas colónias. Não foi apenas o embaixador de Angola. Estiveram comigo, a seu pedido, como é normal, porque os embaixadores costumam ser recebidos pelo Primeiro-Ministro — o Primeiro-Ministro tem pena de não os poder receber imediatamente, mas, de facto, estamos assoberbados com trabalho, mas vai recebendo, à medida do possível, os embaixadores — e entendi que, dos vários pedidos, devia, o mais depressa possível, falar com os embaixadores das antigas colónias e, assim, tive ocasião de receber o embaixador da Guiné, o embaixador de Cabo-Verde, o embaixador de Moçambique e o embaixador de Angola. Não há aí nenhuma ofensiva especial. Há, sim, a defesa dos interesses de Portugal neste aspecto da aproximação com as antigas colónias que é do interesse do nosso País que, pelas conversas que tive, vejo ser, também, do interesse das jovens repúblicas e a intensificação de uma cooperação de interesse mútuo, não por razões político-partidárias, não por razões ideológicas, mas por razões do interesse nacional e a nível de Estado. São os Estados que se relacionam, são os Estados que cooperam. As relações fazem-se Estado a Estado, Governo a Governo e não por intermédio de partidos políticos ou outras forças. Esses princípios foram plenamente aceites pelos meus interlocutores, embaixadores das jovens repúblicas, como eles, de resto, pelo menos alguns, assim declararam. É este papel que, na sua órbita específica, o ministro dos Negócios Estrangeiros tem, também, desempenhado, dirigindo, como lhe compete, a política externa e com bons resultados. É evidente que também este ponto levantou muita polémica, mas o Governo não tem dúvida nenhuma que, nos termos da Constituição lhe cabe a condução da política do País. E que a política do País tanto é política externa como política interna. A definição e a condução da política externa, tanto como da interna, compete, pois, ao Governo, sem prejuízo de poder haver outros órgãos que tenham funções legislativas, como quanto ao caso dos tratados e convenções internacionais e que têm funções de representação externa, mas a situação é muito clara e o Governo tornou-a logo clara desde o princípio. Espero que estes bons princípios de aproximação com as jovens repúblicas que foram nossas colónias, que a aproximação com os países árabes, que a intensificação das relações com a China e com outros países, designadamente da América Latina, dê rapidamente os seus frutos.

OS JOGOS OLÍMPICOS SERÃO TRANSMITIDOS E PARTICIPAÇÃO OU NÃO AINDA EM ESTUDO

P — O sr. Primeiro-Ministro acaba de se referir à intervenção militar soviética no Afeganistão, dizendo que foi um dos acontecimentos mais graves dos últimos anos. O Governo assim que foi empossado, viu-se confrontado com ele. À luz deste acontecimento, da intervenção soviética no Afeganistão, eu poria duas perguntas: a primeira, o Governo favorece o boicote dos Jogos Olímpicos de Verão? A segunda, o Governo considera que a posição dos Estados Unidos, nos últimos meses, tem sido insuficiente, fraca, ingénua, ou pura e simplesmente incompetente?

R — Bem vê, o Governo, como lhe disse, condenando a invasão militar do Afeganistão, não descurou tomar medidas positivas nos vários sectores da política externa que mencionei. O Governo procura, sobretudo, agir, pela positiva, construir, melhorar, muito mais do que criticar e condenar apenas. Não o deixa de fazer com toda a autoridade, quando é necessário, mas, a sua preocupação fundamental é de facto, em política interna como em política externa, construir. Pergunta-me acerca do boicote dos Jogos Olímpicos. O problema foi já levantado na Assembleia da República, o esquema legal português é o de o Comité Olímpico ter autonomia, poder, portanto, com os seus atletas ir aos jogos se assim o entender. Convém, que se tenha em conta a opinião pública, convém que se tenha em conta, também, o que são os Jogos Olímpicos. Por um lado, o desejo sincero e compreensível de os atletas, que para isto se treinaram, participarem. Por outro lado, uma certa politização que tem sido real nos Jogos Olímpicos e que não é, desta vez, não é por haver boicote que os Jogos Olímpicos são politizados. Eles próprios, de uma maneira geral pelo objectivo que têm, de aproximar os povos, têm já um objectivo político louvável. Foram politizados várias vezes com incidentes, com discriminações em relação a certos países, mas, acima de tudo neste problema do boicote aos Jogos Olímpicos, o que me parece, portanto, é deverem-se respeitar os quadros legais. Uma coisa é certa: seja qual for a posição que as autoridades competentes adoptarem, os Jogos Olímpicos, serão transmitidos em Portugal. Não me parece, de maneira nenhuma, creio, que isso nunca esteve em causa, que se devessem deixar de transmitir os Jogos Olímpicos. O nosso País analisa a situação cuidadosamente. Está o nosso Governo em contacto com os governos estrangeiros e, nomeadamente, com os países da comunidade, para ver qual é a situação geral. Creio que seria mau, e creio que nem os nossos próprios atletas se sentiriam confortáveis e gostariam de ir a uns Jogos Olímpicos que tivessem sido transformados totalmente em jogos de propaganda soviética. Isso aconteceria se os países do mundo ocidental, designadamente os países europeus, tomassem em conjunto a decisão de não participar, segundo, aliás, países árabes, que já tomaram, e outros países mesmo da Europa. Então, seriam transformados, nitidamente, numa manobra de propaganda comunista e, creio, que nem os nossos atletas nem as nossas autoridades olímpicas se sentiriam bem. Depende muito, portanto, do conjunto, e o Governo irá informando, irá contactando, mas respeitará aí, como em tudo, limites da sua competência, e tentará ajuizar ao máximo, da melhor defesa do interesse do nosso País nesta questão, daquilo que contribua para a melhor defesa.

Perunta-me, também, da política americana internacional nos últimos tempos. É evidente, que não me compete a mim, como Primeiro-Ministro de Portugal, estar a criticar a política americana. Direi apenas, e isso me parece ser o essencial, e com isso creio responder à sua pergunta, que o nosso País, o nosso Governo, partilha da justa aflição do povo americano e do seu Governo face à prolongada e desumana retenção dos reféns na Embaixada de Teerão. Foi um facto que, para além das consequências desumanas que têm, ainda pôs em causa um princípio básico da convivência política internacional, que é o respeito pelas isenções diplomáticas, que teve um efeito de arrastamento, como se tem visto, em relação às invasões e ataques a outras Embaixadas e que merece reprovação total e expressão da solidariedade com o povo americano e com o seu Governo, perante este facto. A política americana, parece-me ser de uma firmeza maior, agora. Eu, pessoalmente, entendo que a época da "detênte", do chamado desanuviamento, contribuiu essencialmente em reforço das posições soviéticas, tanto na Europa como no mundo, e que os dois factos principais, que ocorreram na década de 70, para mim, no campo soviético, foram o relatório de Krutchev, denunciando o estalinismo, e a publicação do "Arquipélago de Goulag" de Soljenitsine, depois compensados pela política de desanuviamento. Esses factos foram importantes porque demonstraram a verdadeira face de um certo regime e, depois, foram ignorados, compensados ou ultrapassados por essa política de desanuviamento posta em causa, agora directamente e, foi a União Soviética que a pôs em causa pela invasão militar do Afeganistão.

P — Aceitaria, nessa perspectiva, o rearmamento do Ocidente e aceitaria, por exemplo, a instalação de mísseis nucleares em território português?

R — Bom, como sabe, o Governo não tem na sua dependência as Forças Armadas, e essas opções não são tomadas pelo Governo. Eu diria que o Ocidente, e no Ocidente, o nosso País, se deve preocupar seriamente com a situação internacional, com os perigos desencadeados por atitudes como a invasão do Afeganistão, e creio que os Estados Unidos estão conscientes, cada vez mais, dessas dificuldades desses perigos. O que gostaria de ver, era os países ocidentais unidos numa política comum, menos divididos, tendo consciência de que os perigos a todos afectam sejam quais eles forem, e que implicam o reforço da unidade das políticas, da solidariedade entre os povos e entre os países. E gostaria de ver isso traduzido, de facto, não só em opções militares de rearmamento ou de reforço de armamento, mas em opções políticas de aproximação, que se tivesse consciência de que o subdesenvolvimento económico, a falta de regimes democráticos em muitos países, também, ela própria põe em risco a paz e a segurança mundiais, que a boa organização da liberdade, é essencial para a segurança internacional, e gostaria de ver os países cooperarem cada vez mais e o nosso País e o nosso Governo nisso está inteiramente disposto, neste quadro de reforço dos países que defendem os mesmos valores culturais, os mesmos valores da humanidade, que acreditam acima de tudo na pessoa humana, na sua preservação e nos seus direitos.

P — Dr. Sá Carneiro, o nosso tempo está a terminar, havia imensas questões que nós gostaríamos de ter abordado, mas em qualquer caso ainda vou fazer uma última pergunta, e essa prende-se com ideia do referendo. A Aliança Democrática parece ter modificado um pouco a sua estratégia em relação a ele, digamos que parece tê-lo posto na gaveta, isto porque durante uma certa fase, nomeadamente durante a campanha eleitoral, praticamente a palavra referendo constava de todas as declarações públicas de dirigentes da Aliança Democrática. No entanto, agora parece ter-se verificado uma alteração. É um recuo táctico ou a previsão de um eventual insucesso no caso do problema ser colocado à comissão constitucional?

R — Tive ocasião de dizer, quando foi discutido o Programa do Governo que a Aliança cumpriria o seu programa e uma das promessas que nela consta é a apresentação de uma lei sobre o Referendo, uma lei-quadro do Referendo. Simplesmente o nosso método não é tentar fazer tudo ao mesmo tempo, ou pelo menos dar a ilusão de que se está a fazer tudo ao mesmo tempo, como aconteceu muitas vezes neste País com muito maus resultados, mas pegarmos nos assuntos, assunto por assunto, "dossier" por "dossier", caso a caso, e ir resolvendo, ir apresentando os nossos projectos de lei. Temos a Lei Eleitoral a apresentar, modificações à Lei Eleitoral em que espero também, se alargue significativamente a expressão política da participação a que portugueses emigrados têm direito de ter nos nossos assuntos, alargando, designadamente, as possibilidades de voto e o número de deputados. Temos a Lei da Nacionalidade, temos algumas outras leis importantes relativas ao poder local, temos várias reformas a fazer de não as cumprir. Mas enfim, isso nós gostamos, sobretudo, de trabalhar por nós e trabalharmos sempre por nós e de falar, não tanto daquilo que fazemos, e de nós, como do País, dos problemas do País e dos legítimos interesses e aspirações das pessoas que tão mal tratadas têm sido. E creio que, o Referendo é, não só uma instituição plenamente democrática e uma necessidade para o nosso País, como corresponde, também, a um direito das pessoas se pronunciarem sobre aqueles casos fundamentais, sobre os casos que digam respeito a opções que se vão fazer ressentir nas suas vidas e nas próximas gerações e que devem, nesse caso, dar lugar ao referendo para que os cidadãos se possam pronunciar. Não percebo que em nome da democracia, se condene uma instituição eminentemente democrática como é o referendo.